

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE SECRETARIA DE GOVERNO

Praça Raul Gomes de Abreu,200 — Centro — Centro — Piedade — SP CEP — 18.170-000 — Telefone (15)3244-8400 E-mail: gabinete@piedade.sp.gov.br

Piedade/SP, 27 de novembro de 2024.

Ofício SEG nº 211/2024

Excelentíssimo Presidente:

Pelo presente, com fundamento no art. 135, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Piedade/SP, Resolução nº 15, de 03 de agosto de 2020, solicitamos a retirada do Projeto de Lei n. 24/2022, que autoriza o Município de Piedade a promover a Regularização fundiária de assentamentos irregulares e dá outras providências.

Valemo-nos do ensejo para renovar a Vossa Excelência, assim como aos nobres dignos Vereadores, que honram e dignificam esta Egrégia Casa Legislativa, a nossa manifestação de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,

GERALDO PINTO DE Assinado de forma digital por GERALDO PINTO DE CAMARGO CAMARGO FILHO:25541713862 FILHO:25541713862 Dados: 2024.11.27 16:53:01

Geraldo Pinto de Camargo Filho

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor Wandi Augusto Rodrigues DD. Presidente da Câmara Municipal de Piedade NESTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE SECRETARIA DE GOVERNO

Praça Raul Gomes de Abreu,200 — Centro — Centro — Piedade — SP CEP — 18.170-000 — Telefone (15)3244-8400 E-mail: gabinete@piedade.sp.gov.br

Piedade/SP, 27 de novembro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Com os meus cumprimentos, venho, na qualidade de assessora jurídica, manifestar-me acerca da tramitação dos Projetos de Lei a seguir descritos, recomendando a retirada de pauta, pelas razões a seguir expostas:

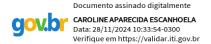
O <u>Projeto de Lei nº 24/2022</u>, que autoriza o Município a promover a regularização fundiária de assentamentos irregulares e dá outras providências, foi objeto de novo Projeto de Lei, este último sob o nº 22/2023 e, após tramitação, tornou-se a Lei Municipal nº 4.842, de 19 de dezembro de 2023.

Já os <u>Projetos de Lei de nº 49/2022</u>, que institui o Programa Pedala Piedade e de <u>nº 51/2022</u>, que concede título assistencial a servidores públicos aposentados e pensionistas, foram objetos de apontamentos que inviabilizam a sua tramitação.

Dessa forma, sugiro que a retirada dos projetos de pauta seja formalizada junto à Câmara Municipal, observando-se os termos regimentais aplicáveis.

Permaneço à disposição para maiores esclarecimentos e apoio técnico na revisão dos projetos em questão.

Atenciosamente,



CAROLINE AP. ESCANHOELA

OAB/SP 423.813 Assessora Jurídica